

Periferias regionais no contexto de combate à pobreza

Wesley da Silva Medeiros¹

Resumo: Ao tomar como referência empírica os programas do governo federal brasileiro “Territórios Rurais” e “Territórios da Cidadania” da primeira década do novo século, é objetivo do presente texto identificar os conteúdos teóricos e políticos de suas intervenções no combate à extrema pobreza no interior dos estados da federação. Por isso, inicia-se a análise com um tratamento preliminar do conceito periferias regionais, para então retomar a reflexão sobre a noção de “territórios com pobreza” (escala territorial) e a categoria de análise “territórios de pobreza” (um conceito de mediação dos pobres e seu espaço de vida). Ao final, a abordagem traz uma multiplicidade de ideias relacionando a subordinação do território ao conceito de pobreza para delinear um caminho de pesquisa acerca das representações do fenômeno da pobreza nos anos 2000 tomando como base as políticas, os planos e os programas oficialmente implementados em territórios com extrema pobreza, isolados geograficamente e desassistidos pelas políticas de Estado e governo.

Palavras chaves: Combate a pobreza, nova pobreza, territórios com pobreza, territórios de pobreza, periferias regionais

Regional peripheries in the context of combating poverty

Abstract: Taking the Rural Territories Program and the Citizenship Territories Program of Brazilian Federal Government in the first decade of the new century as empirical references, this essay aims to identify theoretical and political contents of their interventions while combating extreme poverty within the states of the federation. For this reason, the analysis begins with a preliminary treatment of the concept of regional peripheries, to then resume the present reflection on the notion of “territories with poverty” (territorial scale) and the analysis category “poverty territories” (a concept of mediation of the poor and their living space). In the end, the approach brings a multiplicity of ideas relating the subordination of the territory to the concept of poverty to outline a path of research on the representations of the phenomenon of poverty in the 2000s based on policies, plans and programs officially implemented in territories with extreme poverty, geographically isolated and neglected by state and government policies.

Keywords: Combating poverty. new regional poverty. territories with poverty, poverty territories, regional peripheries

submetido em 24.09.2019, aprovado em 4.2.2019

1. Introdução

Construir uma abordagem teórica, a partir dos anos 2000, das representações espaciais e dos conteúdos sociais e políticos da pobreza requer um significativo esforço do pesquisador urbano-regional quando procura superar métodos e técnicas de pesquisa tradicional sobre o assunto. No tempo atual, não parece adequado formular pesquisas neste formato a respeito de extrema pobreza e suas estruturas no interior dos estados brasileiros, sobretudo quando se trata do conceito de território na formulação de políticas de combate à pobreza. Ao contrário, parece mais adequado colocar em questão a ideia de uma “outra” pobreza moldada por intervenções sociopolíticas.

Uma abordagem da pobreza regional da extrema pobreza, que utiliza elementos avessos à construção do conhecimento regional desta “outra” pobreza, parece alterar ou

¹ Professor e pesquisador em arquitetura e urbanismo, Universidade Vale do Rio Doce (Unicor), Belo Horizonte, MG, Brasil; e-mail: wesley.arquitetura@usp.br

mesmo transfigurar os contextos territoriais e os cenários instituídos de um conjunto de intervenções sociopolíticas. Superar essa perspectiva é relevante para os estudos urbanos porque o universo empírico do subdesenvolvimento regional não parece ser mais aquele, discutido por Oliveira (2003). Numa pesquisa conduzida por nós (em desenvolvimento) considerou-se que é a partir do discurso de combate à pobreza instituído pelos planos, políticas, programas que o conjunto de elementos teóricos, políticos e metodológicos delinea um campo empírico aos contextos.

Entre o dito e o não dito sobre este contexto, evidenciam-se, pelos índices socioeconômicos de 1991, 2000 e 2010², os seguintes pressupostos:

- i) a extrema pobreza não é mais a mesma dos anos 2000: portanto, há de se pensar nas características de uma “nova pobreza”³;
- ii) a categoria do atraso, como discutida por Oliveira (1993, 2003) dentro do subdesenvolvimento regional, onde a extrema pobreza se constituiu, não parece conseguir sustentar o debate teórico e político de questões regionais a partir dos anos 2000;
- iii) há, portanto, a necessidade de se formular uma categoria capaz de dar sustento a gramática e circuitos regionais onde se encontra essa “nova pobreza”. Por isso, propõe-se pensar em “*territórios de pobreza*”⁴ como categoria em si, em “*territórios com pobreza*”⁵, ou ainda, nas próprias “*periferias dentro das regiões*”. A preposição “de” entre território e pobreza constrói uma relação subordinativa do conceito de território ao conceito de pobreza, ambos em mutação pelas intervenções sociopolíticas, pelo discurso de combate à pobreza e pelos percursos de pesquisa. A união dos conceitos pela preposição “de” representa a relação indissociável entre ambos, onde o território é uma construção social entre o tempo da escassez vivenciada pelos sujeitos e, portanto, este território é vivido, usado e praticado; a

² Neles encontram-se dados estatísticos dos três últimos censos demográficos com variantes relacionadas à estrutura da pobreza, além de contar com o número daqueles que saíram da pobreza e podem retornar a ela – entendido sob o conceito de “vulnerabilidade social”. Os dados podem ser acessados no Atlas do Desenvolvimento Humano e no Atlas da Vulnerabilidade Social (ADH e AIVS, 2020)).

³ Usa-se a expressão “nova pobreza” para distingui-la da extrema pobreza observada no início dos anos 2000 pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). A partir dos índices da pobreza em 2010 é possível pensar que haja uma “outra” pobreza, a qual, neste artigo, será discutida ao confrontar sua observação pelo pesquisador urbano-regional estando fora do território com a sua percepção pelos sujeitos que a vivem dentro de um território.

⁴ Alguns pesquisadores podem considerar que o certo seria chamar *territórios com pobreza*. Mesmo assim, a nova alcunha não encerraria em si uma categoria de análise, pois não representa sentidos teóricos e metodológicos, nem mesmo pressupõe o trabalho do pensamento pela dúvida, a hipótese e as incertezas, e que, por sua vez, construiria um campo de pesquisa em busca do pensamento e conhecimento da pobreza regional.

⁵ Referência à ideia de escala territorial delimitada pelos programas *Territórios Rurais* e *Territórios da Cidadania*. A escala, portanto, não possui sentido teórico, pois se trata de um produto definido pelo cruzamento de dados socioeconômicos por esses dois programas.

pobreza, mesmo em sua perversidade, constitui memórias e simbologias possíveis apenas porque as pessoas criam em seu imaginário um tempo-espço de suas relações, que é aqui chamado de território. Por isso, ele é subordinado à pobreza; uso da preposição implica o contexto e o cenário onde as coisas primeiras acontecem, para então conferir ao território os signos que o tornam um conceito político a construção da pesquisa urbano-regional;

iv) por fim, ao considerar a existência de relações entre pobreza (estruturas e discursos) e território⁶ organizadas por regiões, o campo empírico de pesquisa foi definido a partir da ideia de *periferias regionais* que torna possível organizar os elementos de pesquisa ao posicionar extrema pobreza e pobreza em contextos distintos entre o local, o regional e o nacional.

Nesse sentido, com um debate de relações entre território e pobreza no contexto de intervenções sociopolíticas o presente artigo procura identificar qual o universo empírico que uma conceituação dessa relação atribui, implicitamente, a periferias regionais. Para isto, os programas de governo *Territórios Rurais* e *Territórios da Cidadania*, implementados entre os governos Lula e Dilma são o ponto de partida da análise.

Por enquanto, o termo “periferias regionais” é compreendido como mera noção, ou seja, não é um conceito, tampouco uma teoria. Mas é justamente a partir dessa ideia que, aos poucos, se procura observar questões – sem poder esgotá-las - em torno de seu significado nas duas primeiras décadas do século XXI: o que é a pobreza no início dos anos 2020? O que era a pobreza antes e após programas implementados nos anos 2000? E como os estudos urbanos devem prosseguir com o legado de programas encerrados?

Nesse sentido, seria possível pensar categoria e lugar dos direitos sociais e da cidadania para territórios *com* pobreza — elementos políticos incorporados nos dois programas mencionados no sentido de fortalecer a função social da Constituição Federal de 1988 (CF 88). Ou seja, além das questões anteriormente mencionadas, poderia haver outros elementos relacionados a categoria e objeto de “periferias regionais”. Assim, valeria apontar algumas questões ao pesquisador urbano-regional: como a cidadania foi pensada em programas territoriais? Como entender a cidadania pelo território? No tempo presente, o que é a cidadania no tocante aos territórios *com* pobreza? Por fim, como pensar a cidadania a partir do regional e suas periferias?

Assim, procurando elaborar uma categoria (conceitual/analítica) e definir um objeto (empírico) do estudo, este artigo se inicia com a transmutação, em termos de escalas, de

⁶ É importante ressaltar que neste artigo não será feita uma reflexão sobre como se entende a categoria território. Informamos, no entanto, que seu fundamentado reside na proposta de Milton Santos de que o território não é uma escala física, administrativa ou no caso dos programas apresentados no artigo uma delimitação geográfica.

territórios com pobreza para territórios de pobreza para então introduzir o campo empírico e situar o papel do pesquisador urbano-regional quanto às questões postas. Sem querer elaborar uma abordagem própria já mais consolidada, o artigo se restringe e aponta limitações - nos dois níveis - de uma determinada perspectiva dessas relações entre pobreza e território.

Inicialmente, no próximo item, serão apresentados dois programas dos dois governos mencionados que apresentam e lidam com a questão do presente trabalho: a relação entre pobreza e território. A reflexão a seu respeito, no item 3, será realizada em duas partes. A *primeira* estará relacionada a chaves discursivas encontradas nas abordagens e perspectivas em autores dos estudos urbanos (STEINBERGER, 2013; SAQUET, 2018; BRANDÃO, 2019). Já a segunda parte faz o contraponto ao estar voltada à experiência, *in loco*, da pobreza (“seu território”) onde é possível entender as entranhas da extrema pobreza, os efeitos das intervenções sociopolíticas e o dualismo de uma nova pobreza.

Ao final, espera-se contribuir com um debate, ainda em construção, a respeito dos programas de combate à pobreza legados em estudos urbanos. Mais ainda, de como é possível estabelecer relações entre periferias regionais e a elaboração de políticas setoriais de combate a nova pobreza.

2. Territórios Rurais e Territórios da Cidadania

Como mencionado, falar de periferias regionais significa, por ora, estar à procura de uma noção. Ou seja, se trata do momento prévio ao estabelecimento de um conceito sócio espacial capaz de explicitar a categoria ‘territórios de pobreza’ e identificar objetos individuais e coletivos que dão unidade a periferias no interior dos estados. Com tal teoria, será possível superar as categorias do atraso e do subdesenvolvimento regional, relativas a explicação de desigualdade, exclusão e vulnerabilidade de grupos humanos e territórios,

Essas questões de pesquisa são levantadas a partir da apropriação de investigações de Marília Steinberger⁷, realizadas a partir de 2003 na Universidade de Brasília (UnB), quanto a determinadas políticas nacionais (regional, territorial, ambiental, urbana e rural)⁸ que permitem delimitar o campo empírico. No contexto da atual discussão será feito, abaixo, referência a dois programas, quais sejam o Programa Territórios Rurais (PTR) elaborado em 2004 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério da Agricultura (SDT/MDA)

⁷ Marília Steinberger é economista e tem usado as teorias espaciais do Milton Santos a uma pesquisa focada no planejamento das políticas nacionais desde 2003. Isso, pode ser encontrado nos seguintes projetos de pesquisa da autora: (i) Políticas públicas espaciais: concepção teórica e formulação empírica (2006 a 2009); (ii) Políticas públicas espaciais: da teoria para a prática (2009 a 2012); (iii) Políticas públicas espaciais: os discursos dos atores (2012 a 2016) e; (iv) Políticas públicas espaciais: a construção de uma agenda política (atual desde 2016).

⁸ A pesquisa coordenada pela autora teve início em 2006 terminando em 2013 com o livro “Território, Estado e políticas públicas espaciais” onde foram publicados os resultados da pesquisa.

e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) lançado em 2008 e que conduziu ações entre ministérios coordenados pela Secretária da Casa Civil.

A autora deu ênfase aos significados conceituais destas políticas no âmbito federal, passando a considerá-las como políticas espaciais. Todas compartilhavam o mesmo DNA, ou seja, o conceito de *território usado* proposto por Milton Santos (1999). Desta forma, estas políticas deixam de ser setoriais, sociais e econômicas. Nas análises e nos resultados, embora não explicitado, parece claro o cenário de combate à pobreza. O que faz surgir a questão: em que medida, estas políticas possuem como estratégia, meta ou objetivo os de mitigar a pobreza e promover o desenvolvimento humano? Qual é seu campo empírico, então? Qual é seu objeto e a(s) categoria(as) de análise?

A partir daí, desde 2015, a noção de *periferias regionais* volta a ser tratada em uma pesquisa nossa (em desenvolvimento) quanto ao combate à pobreza nos anos 2000, conforme amplo estudo da Steinberger (2013), e, também, afirmado em pesquisa em territórios *com* pobreza por Rego e Pinzani (2013), abordada mais adiante. Sendo assim, o tempo presente é um dos pontos de partida onde se encontra a dificuldade de pesquisadores de conceituar a pobreza como variável codificada por dados estatísticos. Mais ainda, há certa ausência de conhecimento sobre tanto o que foi, nos anos 2000, exatamente o combate à pobreza, quanto aos legados teóricos e metodológicos e ao significado dos direitos e da cidadania. Sobretudo, há de se averiguar quais, de fato, foram as estratégias de combate a pobreza entre as políticas a nível nacional, estadual e municipal; como os entes federados se articularam na construção de pactos federativos voltados ao desenvolvimento humano e à superação dos aspectos perversos da pobreza, como a seca, a fome, a morte e o isolamento geográfico, dos direitos e da cidadania.

Ante o cenário de combate à pobreza neste período, a socióloga Vera Telles (2017) identificou a questão como um campo minado de múltiplas gramáticas sociais. Isto é, a autora considera serem bastante intensas as mudanças na forma como a sociedade se estruturava e de como a pesquisa definia seu interesse pelos campos empíricos. Mas esta sociedade não é mais a mesma, e a intensidade das políticas sociais e econômicas, entre altos e baixos, foi o suficiente para alterar conteúdos pouco evidentes, ou ainda, indeterminados às ciências sociais. Isso porque há um imenso apego a formas tradicionais de pesquisa.

No contexto dos anos 2000, o mesmo campo minado pode ser atribuído à pesquisa urbano-regional porque os estudos urbanos pelo urbanismo e planejamento urbano e regional não parecem possuir abordagem metodológica clara quanto ao universo empírico e ao cenário de combate à pobreza. Porque ainda usam os mantras de pesquisa das décadas anteriores como a categoria do atraso e as teorias do subdesenvolvimento, além dos clássicos conceitos de pobreza associados aos índices.

Por isso, consideramos que as duas primeiras décadas do século XXI se caracterizam por múltiplas realidades, ainda nebulosas ao pesquisador urbano-regional. E, à medida que se misturam e se sobrepõem como se formassem um palimpsesto — daí o termo “minado” -, aumenta a complexidade de uma pesquisa relacionada ao combate à pobreza. Ou seja, limita a interpretação, com velhas e novas teorias, métodos, objetos e campos empíricos, deste cenário de múltiplas realidades que se constituiu entre os governos Lula e Dilma. Portanto, o minado significa a preocupação em como, em determinado período, realizar uma pesquisa formulando paradigmas conforme o tempo presente. Por isso, para Telles (2017), estudar o pobre e seu espaço de vida tem sido um desafio a qualquer pesquisa que realmente tenha interesse em desvendar os conteúdos sociais e políticos dos anos 2000. Porque, existe numa nova geração de pesquisadores o apego a autores e obras que foram importantes naquele momento da história, mas a condição histórica do pobre e seu espaço de vida não é mais o mesmo.

Isso pode ser observado no debate proposto por Brandão (2019) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁹ sobre o legado das políticas públicas de 2003 a 2015. O autor propõe hipóteses de construção de uma agenda de pesquisa voltada aos territórios, seus conteúdos e suas múltiplas relações com planos, políticas e programas. No entanto, fica claro que não se desapega do mantra “subdesenvolvimento regional” e retorna a discussões clássicas sobre território e desenvolvimento.

Novas instituições políticas a partir de 2003 conduziram à formulação das chamadas políticas nacionais. Um dos importantes momentos do discurso do governo Lula significou o combate à fome, aos efeitos da seca, à mortalidade infantil e à pobreza — além de propostas da renda mínima aliada à educação, à saúde e à habitação. Encontrou-se aí terreno fértil para a expansão pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que a partir de 2007 incorporou infraestruturas regionais nas regiões e lugares geograficamente mais isolados dos estados. Mais ainda, o Programa Luz para Todos (PLT) tornou possível múltiplas incorporações técnicas ao espaço geográfico, alterando seus comportamentos; doravante, a ideia de bens e serviços passa a ser introduzida na dinâmica e expansão destes espaços.

Daí se justifica relacionar planejamento, planos, políticas e programas ao combate à pobreza dos governos Lula e Dilma, como universo deste artigo. Como enfoque da presente discussão foram eleitos, como já mencionado acima, os Programas “Territórios Rurais (PTR)”,

⁹ Os projetos temáticos financiados pelo IPEA sempre lançam relatórios, livros e textos para debates. Neste caso, o pesquisador Carlos Brandão publicou em 2019 alguns textos para debate relacionado a questão regional entre 2003 e 2015. Um dos textos chama-se *As Ausências e Elos Faltantes das Análises Regionais no Brasil e a Proposição de uma Agenda de Pesquisas de Longo Prazo*. Embora, seja um texto resultado de pesquisa, ressalta-se, que seu teor não é científico e sim, provocativo com base em lacunas observadas durante a pesquisa. Ou, para se ampliar questões discutidas nos resultados da pesquisa. Neste caso, se trata de um texto provocativo sobre hipóteses e possibilidades de pesquisa quanto a realidade de territórios e de políticas públicas ao regional.

elaborado em 2004 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério da Agricultura (SDT/MDA), e “Territórios da Cidadania (PTC)”, lançado em 2008, que conduziu ações entre ministérios coordenados pela Secretária da Casa Civil. Ambos programas voltados aos rincões ou recôncavos de pobreza no interior dos estados da federação, conhecidos pelos altos índices de pobreza, isolados e desassistidos pelo Estado.

Os dois programas usaram dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assentamentos da reforma agrária e de comunidades indígenas e quilombolas. Esse contexto está relacionado à ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) de construir uma leitura estatística de dados socioeconômicos por meio do cruzamento de dados sociais, econômicos e de ocupação – onde entram também assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

A primeira ação foi a formulação do Programa Territórios Rurais: municípios com aspectos similares ou iguais conferiram-lhe a definição de um espaço extremamente pobre, desigual e vulnerável (Veja Figura 1 na página seguinte, áreas marcadas por amarelo são do programa). Em 2004 foram listados pelo PTR 164 territórios com extrema pobreza.

O PTR idealizava combater a pobreza pelo desenvolvimento de atividades rurais e formação de mercados locais, tendo no Programa Bolsa Família (PBF) seu principal fundamento para o enfrentamento da pobreza pela renda básica. Por isso, as estratégias rurais poderiam desenhar outras realidades de desenvolvimento e de superação da pobreza e dependência do PBF.

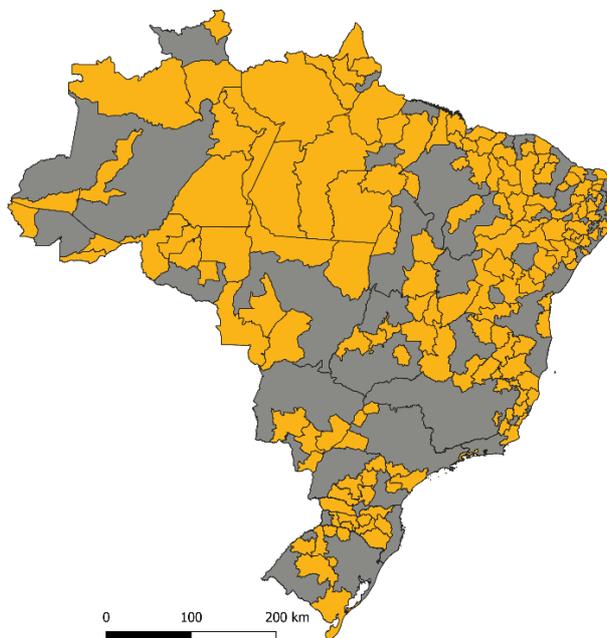
A segunda ação, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, foi desenhada em 2008 de forma Inter setorial entre ministérios, sob o comando da Secretária da Casa Civil. Nela, observa-se a designação também de escalas territoriais na sua classificação. A proposta do Programa foi ampliar os direitos sociais, a seguridade e proteção social das famílias pobres, miseráveis e vulneráveis do território e amplia os efeitos do PAC, PLT e PBF no sentido da cidadania e, por isso, sua gramática centrou-se no desenvolvimento com base na garantia e ampliação dos direitos sociais.

O PTC considerou 120 territórios, sendo que houve a sobreposição deste programa sobre territórios delimitados pelo programa anterior. Isso porque entendia-se que o PTR não conseguiu mitigar efeitos da extrema pobreza e, destarte, o PTC deveria ser uma âncora do governo em busca de resultados imediatos no segundo mandato

Nossa pesquisa esclarece que os conteúdos teóricos e políticos deste programa foram além do PTR, pois, em 2008, o corpo de técnicos possuía mais experiência quanto às ideias de um governo progressista, portanto, de como transferir ideias, teorias e métodos para o campo das intervenções sociopolíticas (vide Figura 2 na página seguinte). Já o PTC considerou a experiência de combate à pobreza entre 2004 e 2007, contexto de elaboração

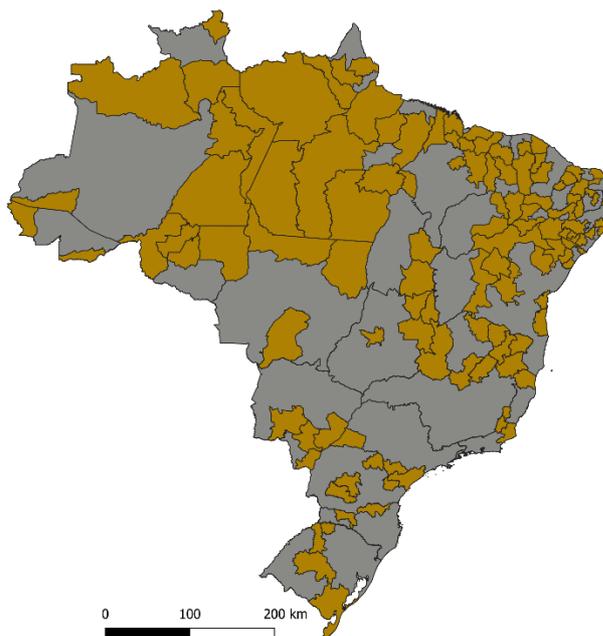
deste programa lançado em 2008 pelo Decreto de 23 de março de 2009, onde definiram-se seus requisitos e critérios, e a definição dos territórios da cidadania e a de gestão institucional.

Figura 1. Territórios rurais criados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial em 2004.



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponíveis no Sistema de Informações Territoriais (2019).

Figura 2. Territórios da cidadania criados em 2008 pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial.



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponíveis no Sistema de Informações Territoriais (2019).

Assim, os dois programas permitem pensar a instituição de 284 territórios com a extrema pobreza entre 2004 e 2008, além do isolamento geográfico e da ausência do Estado com as políticas sociais. Considera-se que estes dois programas formularam mutações na estrutura de comunidades locais e, por isso, pode-se pensar em mudanças e permanências no funcionamento do espaço – concreto, abstrato e híbrido.

Daí a necessidade de construir, aqui, conceitos, métodos, conceitos e definições; caso contrário, o legado dos dois programas será esquecido ou tratado pelas formas tradicionais de se pensar territórios (apenas uma escala) e pobreza (conceitos compartilhados mundialmente).

Sendo assim, a categoria “territórios de pobreza” é uma proposta conceitual para o estudo desses 284 territórios, considerados periferias entre espaços regionais. Ela não surge como uma categoria de avaliação dos programas, mas de manutenção do legado dos mesmos: seus objetivos são precisar a delimitação de território com extrema pobreza; as mutações entre território, os sujeitos e o Estado moldando uma nova pobreza; o acesso aos lugares isolados no interior dos estados e o acesso destes aos centros urbanos com mais bens e serviços; os entendimentos do combate à pobreza pelo desenvolvimento rural e pelo acesso aos direitos e à cidadania; a organização da extrema pobreza e nova pobreza por regiões; e a definição de requisitos e critérios estatísticos e dedutivos.

Por isso, além do aspecto socioeconômico e de assentamentos vulneráveis, o programa foi criado considerando aspectos relacionados à gestão pública e ao formato das intervenções sociopolíticas. Isto é, a um pensamento idealista aprendendo consigo mesmo a arte de enfrentar a pobreza, algo que foi sendo aprendido no ciclo de planos, políticas e programas no primeiro mandato do governo Lula. Por isso, vale ressaltar que há um lado quase oculto da literatura quanto aos programas e estratégias de combate a pobreza.

Outrora havia, nesses territórios, um forte atraso tecnológico, científico e informacional; um isolamento geográfico dos centros urbanos com mais bens e serviços, sobretudo de saúde e educação; o isolamento geográfico das ideias entre os grupos vulneráveis, inviabilizando a luta e reivindicação de seus direitos; a infertilidade da terra e ausência de insumos ao início de atividades econômicas do campo; a frágil experiência técnica com a gestão urbana e social e a ausência de organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras experiências de gestão e participação social (MDA, 2014). Nesse sentido os territórios com pobreza extrema, delimitados em 2004 e 2008, estão organizados por estados e regiões e, por isso, entendemos se tratar de uma forma nova de periferia com outros elementos, sujeitos, dinâmicas e formas de organização. Mais ainda, é uma nova forma de tratar a maneira como os sujeitos se enxergam entre o lugar e o mundo.

Periferia do sentido onde estes territórios já se formaram é caracterizada por um conjunto de indicadores socioeconômicos, sendo, portanto, caracterizada pela extrema

pobreza. Mas quando nos valemos da expressão “regional”, propomos que nestes espaços tenha, na verdade, outra forma de organização da pobreza. Falar de “periferias regionais” aponta nesta direção.

3. O cerne das periferias regionais

O termo periferia regional não aparece na literatura dos estudos urbanos¹⁰, nem como teoria, conceito, definição ou mesmo fenômeno empírico.

Por isto, o primeiro recorte na apresentação deste item está relacionado a chaves discursivas encontrada em autores dos estudos urbanos (STEINBERGER, 2013; SAQUET, 2018; BRANDÃO, 2019). O segundo será relacionado à experiência *in loco* onde é possível entender as entranhas da extrema pobreza, os efeitos das intervenções sociopolíticas e o dualismo de uma nova pobreza.

3.1 A formação e investigação de “territórios com pobreza” - limitações

Em relação ao primeiro caso, observa-se pesquisadores preocupados com os efeitos territoriais de políticas, planos e programas implementados entre 2003¹¹ e 2016¹². Ou seja, trata-se de autores com abordagens importantes acerca da ideia da relação entre território e pobreza. De modo geral, abordam a força política encontrada nos anos 2000, seus efeitos na vida social e do território. Nesse sentido, pode-se citar três debates referenciados ao campo empírico após delineamento do combate à pobreza entre urbanismo e planejamento urbano:

- i) a ideia de urbanização extensiva proposta por Monte-Mór (1994),¹³ que coloca em questão o que seja o urbano após intervenções sociopolíticas que alteraram comportamentos espaciais de ocupações, povoamentos e comunidades;

¹⁰ Pesquisa bibliográfica realizada em revistas brasileiras: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, URBE. revista brasileira de gestão urbana, Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online); PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Revista Política e Planejamento Regional, Revista Políticas Públicas & Cidades e Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Não foram encontrados resultados de pesquisa de mestrado, doutorado, pós-doutorado, pesquisas financiadas ou pesquisas em núcleos/grupos de pesquisa. Apresentar os resultados deste levantamento e análise bibliográfica demandaria outro manuscrito.

¹¹ Certamente, os primeiros programas no governo Lula estavam relacionados ao planejamento de combate à pobreza do governo anterior. Isso foi sendo alterado na medida em que o governo ganha experiência em implementar seu programa de governo e organização política entre os entes federados e as instituições políticas.

¹² Pode-se dizer que os planos nacionais e seus desdobramentos encerram-se neste ano com a saída do governo Dilma. O que vem depois, até o momento, não parece constituir um campo de convergência de combate à pobreza. Por isso, cabe ao pesquisador urbano regional construir um caminho de pesquisa pelas chaves deixadas nos governos Lula e Dilma.

¹³ Por ser um texto de 1994, em um outro contexto de políticas neoliberais, desenvolvimentismo e formação urbano-regional dos espaços metropolitanos, campo, cidade, urbano, rural, povoamento, aglomerados urbanos, aglomerados humanos culturais (indígenas e quilombolas), transferimos a uma interpretação nossa da proposta do autor para o tempo recente, onde um conjunto de políticas públicas reorganizam o tempo-espaço do funcionamento espacial e das formações espaciais.

- ii) a proposta do território como categoria de análise sócio-espacial¹⁴ capaz de suportar fenômenos urbanos após intervenções sociopolíticas (SAQUET, 2018) e, por último;
- iii) a hipótese da construção de uma agenda de pesquisa sobre mudanças e continuidades das políticas territoriais (STEINBERGER, 2013; BRANDÃO, 2019).

E, sobre esta agenda, Brandão (2019, p. 9) propõe percursos de pesquisa sobre Estado, política e território, considerando que o combate a pobreza possibilitou

territórios predominantemente impactados e (re)definidos pelos impulsos das políticas sociais, melhorias das condições de vida e nos equipamentos sociais, ampliação do mercado interno de consumo (Nota do autor: reflexão territorial encontrada em Rego & Pinzani, 2013; Rizek, 2012; Bacelar, 2013).

Por fim, entende-se a importância de as periferias regionais serem o campo onde se encontra o objeto – territórios *com* pobreza – delimitado pelos programas citados, onde se encontra a categoria de análise “territórios *de* pobreza” em um percurso de pesquisa desses territórios entre passado, futuro e presente.

Contudo, a limitação teórica desta abordagem fica explícita à medida que, pelas premissas dedutivas dos autores, o universo empírico é enlaçado a partir de dados estatísticos, além da limitação dos relatórios de governo com base em microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. Em princípio, essas limitações teóricas podem se tornar uma agenda de pesquisa. Mas, referem-se a reflexões de difícil elaboração por causa da ausência de teorias, métodos e categorias construídas tal como apontam Steinberger (2013) e Rego & Pinzani (2013).

Aqui as limitações teóricas podem ser caracterizadas assim:

sem considerar incursões etnográficas em territórios com pobreza, ou seja, o determinismo de métodos à apreensão da realidade, não se considera a formulação conceitual do combate à pobreza pelo método dedutivo;

ao não discutir a desigualdade e exclusão no interior da pobreza, a compreensão negligencia as desigualdades entre territórios, sobretudo entre aglomerados, povoados e comunidades;

o foco aos números na descrição, caracterização e classificação leva a negação da crítica radical aos programas de governo e suas intervenções sociopolíticas imediatistas e, ao mesmo tempo, indispensáveis para a ação governamental;

a omissão do debate acadêmico, político e público a respeito da intervenção sociopolítica ao governo federal, as instituições políticas, aos governos estaduais e municipais, aos conselhos participativos e as fontes de financiamento e;

¹⁴ Considera-se a categoria geográfica sócio-espacial por se tratar de um amplo debate sobre novas formas de territórios sendo instituídos dentro do espaço geográfico – objeto de análise da geografia. Ademais, a geografia considera o espaço a quarta instância social aliada à social, à econômica e à política (SANTOS, 1996).

a o combate à pobreza sem incorporar os meios de informação e comunicação, nem difundir o que representam as intervenções sociopolíticas no universo do pobre e seu espaço de vida.

Por isso, este campo empírico exige pensar outras formas de combate à pobreza, como a urbanização através das infraestruturas urbanas e serviços públicos, pois as intervenções ficaram atreladas as políticas sociais, como o PBF, o PAC e o PLT.

Daí se rejeita a apropriação e uso, com base apenas em índices socioeconômicos, de conceitos de desigualdade(s), pobreza(s), exclusão(ões) social(is), idealizando territórios com mais e menos formas de acesso aos direitos sociais e a cidadania, pensadas pelas intervenções em territórios com pobreza.

3.2 Formação e compreensão de “territórios da pobreza”

A fim de explicitar a formação e compreensão de territórios de pobreza, o segundo contexto da pesquisa aborda a presença da população no espaço geográfico sul-piauiense entre 2000 e 2014. Ou seja, uma abordagem de quem nasceu, viveu e mantém relações com a experiência da escassez e da sobrevivência e estabelece operações de sujeitos que saíram da extrema pobreza para uma nova pobreza. A experiência *in loco* apreende a multiplicidade de relações e dinâmicas instituídas e constituídas entre o cotidiano, o local e o regional, possibilitando ver de perto a forma como a pobreza opera nestes espaços, na vida das pessoas, no cotidiano, na política e na cultura — e, mais ainda, na conformação de emoções como o medo da morte, da fome, da seca, da sede e da escassez.

Por isso, estar no território e observar o combate à pobreza torna possível discorrer sobre o sentido teórico e metodológico a partir do campo empírico, dando sentido à relação “periferia e regional”. Isto é, nota-se dentro do território transformações ocorrendo entre a vida pública e privada; entre o urbano e o rural; entre território e região. Mais ainda, nota-se como acontecem enquanto resultado da gestão do território, da pobreza e da urbanização pelas instituições políticas no executivo federal e as gestões municipais. Isso, porque, é possível perceber os efeitos do programa de infraestrutura sanitária,¹⁵ do Programa Luz para Todos (PLT), dos primeiros poços a distribuição de água em comunidades rurais, da construção de escolas rurais, dos signos apreendidos pela esperança com o transporte escolar rural, do acesso a água pelas cisternas em comunidades isoladas, da formação dos mercados locais pela agricultura familiar e entre tantos outros, das primeiras redes de telecomunicação levando a telefonia móvel e internet.

Um olhar do pesquisador urbano-regional no espaço do outro (em extrema pobreza) como esta representaria a apreensão de formas de investigações da pobreza regional para

¹⁵ Este programa foi implementado entre comunidades rurais em 2003 e 2004 para sanar o déficit de saneamento relacionado a inexistência de banheiros nas residências.

além dos números ou análise documentais. Essa perspectiva traz ao debate acadêmico uma outra forma de pobreza, pois não podemos nos basear apenas nos dados estatísticos para pensar a regionalização da pobreza a partir dos distintos territórios.

Mais ainda, há de se encarar pontos de vistas antagônicos; a pobreza após a implementação dos programas ao gerar mudanças nas condições de vida neste território, tal como Brandão (2019) levanta uma hipótese. Isso porque os sujeitos nesse contexto encaram as melhorias como superação da pobreza, enquanto a academia e governos consideram a preexistência da pobreza pelos índices, por exemplo, sem considerar possíveis formas de pobreza conforme o lugar. Deste ponto de vista, pode-se superar limitações teóricas¹⁶ e ao mesmo tempo propor formas de combate à pobreza na medida em que a categoria desvendar, teorizar e construir interpretações válidas a desfiguração da pobreza via os conceitos e definições. Ou seja, permite-se aí formular discursos e programas de combate a esta pobreza deslocando-se da extrema pobreza.

Sendo, assim, notamos que o método é uma das limitações teóricas do campo empírico a ser superado pela pesquisa com o Outro em seu espaço de vida. É a construção de entendimentos mais claros do que seja a pobreza e não a extrema pobreza; do que seja o território usado, vivido e praticado. Portanto, é a formulação de um conceito constituído pela multiplicidade de ações e práticas sociais. Há de se negligenciar o território como limite físico onde se encontra municípios com índices de pobreza, ou seja, apenas uma escala sem qualquer signo conceitual. E assumir o território como extensão das relações sociais onde estão registradas ações e práticas mediando a vida, a política e a pobreza.

O pesquisador vivenciando o Outro em seu espaço de vida representa a possibilidade de vermos o território como uma entidade atemporal. Por exemplo, a pesquisa realizada por Walquíria Leão Rego entre 2006 e 2011 se constituiu por visitas em municípios com altos índices de pobreza sob a ótica das ciências sociais. A pesquisadora conviveu com famílias sofrendo os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) em diferentes tempos e lugares. As visitas foram realizadas nos seguintes estados, regiões e anos, respectivamente: Alagoas (2006, 2007 e 2011); Vale do Jequitinhonha (2008); Piauí (2009); Maranhão (2009) e Recife (2011), configurando-se um dos principais estudos sobre o combate à pobreza por este programa e, sobretudo, colocando em questão a pesquisa social deslocada do ato de pesquisar com o Outro.

Neste sentido, o termo “periferia regional” surge como apontado anteriormente nesta pesquisa. Isso, porque, consideramos que o campo periferias regionais apontam percursos de pesquisa, similar ao de Walquíria Leão Rego – a pesquisa com o Outro no espaço deste Outro.

¹⁶ Encaramos que as limitações teóricas citadas anteriormente não perpassam estas mesmas.

No caso deste artigo, a origem de quem pesquisa precisa ser considerada. É indispensável ser ou ir conviver no território com uma pobreza associada para observar a artivulação perversa entre a seca, a fome, o abandono do Estado, a fragilidade do poder público, a mortalidade infantil, a negligência dos direitos sociais básicos à saúde e à educação (mais os serviços básicos de saneamento: água, coleta de lixo, esgoto, tratamento de água) e o isolamento geográfico dos centros de bem e serviços públicos/privados (sobretudo dos centros com maiores equipamentos de saúde e educação).

3.3 Por uma nova pobreza

As chaves encontradas em autores dos estudos urbanos sustentam o contexto no qual este artigo se encontra. Mais ainda, dão suporte ao entendimento metodológico se quisermos desvendar a construção de uma pesquisa da pobreza regional a partir do legado dos territórios com pobreza, valendo-se da categoria “territórios de pobreza”. Brandão (2019) parece correto ao indagar que existe uma tipologia de território a ser desvendada, conhecida e teorizada. Primeiro, como conhecimento científico relacionado ao que chamamos de nova pobreza. Segundo, pela possibilidade de superar o método de pesquisa fundamentado em dados estatísticos (índices) e pesquisas documentais na medida em que no interior das periferias regionais se encontram conteúdos impossíveis de serem apreendidos por um pesquisador distante da realidade da pobreza e das mudanças entre o urbano e o regional. Por fim, há a possibilidade de elaborar políticas públicas e discursos de combate à pobreza através de ideias migrando ao debate público e político das instituições no campo governamental.

Por isso, não parece mais adequado que o pesquisador seja aquele acostumado a ler mudanças de forma dedutiva ou a concluir questões pela associação de premissas iguais ou similares, desenhando, assim, suas interpretações, ideias e modos de pensar. Na verdade, existe um distanciamento evidente entre o dito e o não-dito – as vozes não ouvidos de quem está no território e a vivência.

O contexto observado através de quem esteve, viveu, conviveu, lutou e sobreviveu às adversidades naturais e existenciais antes do governo Lula parece um dos primeiros cenários privilegiados de pesquisa. Isso porque nele, os sujeitos conseguem estabelecer o que era extrema pobreza e o que é a condição de vida, considerando melhorias pelas intervenções sociopolíticas do governo Lula e Dilma.

Para os sujeitos melhorias de vida estiverem e se encontraram associadas aos Programas Sociais, a Política do Salário Mínimo, a Agricultura Familiar e depois aos serviços das infraestruturas urbanas e regionais (REGO, PIZZIANI, 2013; BACELAR, 2013). E, por isso, aquela pobreza vivenciada nos anos 90, por exemplo, não serve mais para caracterizar a pobreza, o atraso e o subdesenvolvimento. Nem mesmo, para definir a natureza do

isolamento geográfico e da ausência do Estado com financiamentos prioritários. Ou seja, aos sujeitos *in loco* há uma dificuldade em ver a pobreza tal como em tempos pretéritos.

Isso pareceu contraditório e ao mesmo tempo legítimo. Por um lado, o sujeito acostumado à sobrevivência no território não consegue mais ver a pobreza como ela era, ou ainda, tal como se imagina pesquisadores que não a vivenciaram — sua desfiguração e suas possíveis formas de reconstrução.

O verbo *melhorar* vai ganhando autonomia entre falas e discursos no território; se torna uma expressão de esperança por um futuro onde a fome, a seca, a morte e a mera sobrevivência não caracterizam mais o cotidiano. Isso justamente porque *melhorar* implica no surgimento de possibilidades e oportunidades de vida, de trabalho, de negócios, de acesso a saúde, educação, terra, casa, saneamento, transporte etc.

E, do lado oposto, o debate acadêmico e nos relatórios de governo, houve e ainda existe a existência da pobreza como estrutura, persistente e em constante mudança entre o território e a vida social.

4. Considerações finais

O percurso metodológico deste artigo considerou os seguintes procedimentos: i) revisão da literatura, onde, notou-se a fragilidade do debate sobre território e pobreza a partir dos programas e intervenções sociopolíticas de combate a pobreza. E, assim, dificulta termos uma literatura a construção do pensamento relacionado aos temas e especificidades abordados neste artigo. Mesmo assim, utilizou-se autores com reflexões próximas ao que estamos abordando; ii) elaboração dos mapas e interpretações dos dois programas de combate à pobreza, e; iii) por fim, a proposição do campo empírico considerando o debate de autores e as interpretações construídas a partir dos mapas numa pesquisa em desenvolvimento.

Ou seja, retomamos o objetivo do artigo: apresentar o campo empírico das periferias regionais a partir de relações conceituais entre território e pobreza no contexto de intervenções sociopolíticas. E pelos procedimentos deve ter ficado claro qual o campo empírico (sem definir nenhum explicitamente), o objeto de estudo e a categoria central de análise a construção de pesquisa e, com isto, o pensamento sobre a extrema pobreza e a nova pobreza, a partir dos 284 territórios apontados anteriormente. O limite deste percurso relaciona-se a negligência observada em estudos urbanos para com estes dois programas (PTR e PTC). Fragiliza o debate atual, pois não se encontra suporte teórico relacionado ao combate à pobreza por intervenções sociopolíticas no interior dos estados.

É a partir de programas como estes que foram compreendidos pelas ciências sociais, nos anos 2000, como uma nova forma de planejamento, na qual se priorizava o social e o econômico dentro de um período de planos, políticas e programas. Neste contexto, conduziu-

se o pensamento social, político, econômico e urbano da história urbana e social no Brasil recente (RIZEK, 2012).

Ao que parece, essas referências empíricas configuram os discursos repensados na trajetória governamental e, conseqüentemente redesenham o campo de interesses e de prioridades institucionais em vista a políticas nacionais. Entretanto, o desenho político, institucional e financeiro do PTC parece revelar interpretações que são novas, definidas por novas referências teóricas. Portanto, altera-se também – *a priori* – a definição das matrizes de proteção social e os próprios dispositivos de intervenção. Assim, no debate da pobreza considerou-se importante que o dissociemos de mantras bastante usados na pesquisa sobre campo/cidade e urbano/rural.

Por isso, em vez de usar os velhos mantras — campo, rural, cidade pequena, recôncavo de pobreza — se propôs o conceito de “territórios de pobreza” que considera a ideia de periferias regionais. Ou melhor, indica a força política, teórica e metodológica da categoria e do campo empírico, pois o conceito estabelece a relação com o território por parte de um conjunto de sujeitos com a vida marcada pela sobrevivência, usando e registrando representações dos tempos pretéritos e do presente. No último caso, significa representar outras dinâmicas de sobrevivência — naquilo que os sujeitos encaram como melhoria da vida no espaço onde aprenderam a sobreviver.

Sendo assim, pode-se dizer que estas ideias não foram exploradas suficientemente, pelo menos, não pelo percurso de pesquisas no presente trabalho. Primeiro pela ausência de um debate aprofundado do que sejam os territórios rurais e da cidadania para além de programas de governo. Segundo, que esses territórios, para estabelecer um debate sobre grupos e territórios impactados, não se encontram mais na ordem do dia dos estudos urbanos, da avaliação de políticas públicas ou da produção de relatórios contendo investimentos em eixos, ações e metas, ou ainda, a forma de intervenção e participação social. Terceiro, é possível construir a representação teórica e política destes programas pelos “raros” documentos e textos, encontrados na rede de computadores. Possibilitam tecer ideias o que foram estes programas para além de debates considerando apenas programas de governos tal como das décadas anteriores. Visão, que discordamos¹⁷, pois consideramos que estes programas são inovadores quanto ao método e a incorporação de um pensamento teórico e político. Conduzidos pelo discurso de combate a pobreza pelo governo, instituições e a sociedade (SCHVARBERG, 2012).

Com estes entendimentos, é a partir dos 284 territórios delimitados pelos PTR e PTC, que propomos o objeto de análise, como sendo, “territórios com pobreza” e sua condição histórica entre passado e futuro sendo estudado pela categoria “territórios de pobreza”. Esta

¹⁷ Argumento com base na análise de documentos destes programas realizado em outras pesquisas;

dissociação se torna importante para evitar confusão semântica entre o território apenas como escala físico espacial e o território conceito sócio-espacial pelo qual pode ser desvendado os elementos que compõe o *modus operandi* de combate à pobreza.

Neste sentido, importa a subordinação do conceito de território ao conceito de pobreza, ou melhor, a pobreza se constitui por discursos, ações e práticas no cotidiano da vida privada e pública, impondo registros conceituais ao território pelo qual se constitui a ideia de periferias regionais. Isso, porque, o território de pobreza orbita em torno dos pedaços do território, isto é, cada pedaço possui uma condição histórica em relação aos tempos pretéritos estabelecendo relações a formação de uma nova pobreza no tempo presente.

Portanto, é a partir da percepção/concepção do território que encontramos a expressão da nova pobreza pelos processos de intervenção sociopolítica instituindo a unidade dos pedaços a uma ideia de totalidade pelas expressões e representações do território. Importante para superação do atraso regional e do isolamento geográfico pelo acesso aos bens e serviços, a renda básica, serviços especializados no cotidiano e entre outros, o acesso a direitos sociais e a cidadania. Destacando o importante papel de programas como: Programas Territórios Rurais, Programas Territórios da Cidadania, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Luz para Todos e Programa Bolsa Família, além das estratégias de educação, agricultura familiar, infraestruturas regionais, acesso aos meios de comunicação e informação e outros. Moldando, comportamentos sociais e políticos do espaço onde habitam os pobres impondo uma relação indissociável: o espaço vai sendo moldado pelas alterações da pobreza conforme execução dos programas e o passado fica registrado na memória social dos sujeitos pelos comportamentos territoriais acontecendo entre comunidades, povoamentos, urbano, rural, território, espaço, cidade e região e; a vida dos pobres e seu espaço de vida permitindo-se ao encantamento da vida para além da sobrevivência e da escassez pelos direitos e a cidadania.

Deste modo, propomos que o objeto e a categoria estejam dentro de um campo empírico – as periferias regionais. E, assim, pelo debate desenvolvido neste artigo, as periferias são os 248 territórios definidos pelos dois programas apresentados e discutidos. Portanto, se trata da emergência de uma ideia que organiza e forma outras ideias em relação à construção de uma pesquisa urbano-regional da pobreza. Por ser uma ideia que aglomera outras ideias, se entende que, em nossa visão, periferias regionais consistem e se constituem por quem lá nasceu, viveu, sobreviveu e passou a estudar a pobreza pelas intervenções sociopolíticas nos anos 2000.

Consiste, por um lado, na realidade objetiva onde a ação busca uma expressão relacionada as transformações entre passado e futuro, integrando técnicas de pesquisa de observação *in loco* e análises quantitativas a uma reflexão do existente e daquilo que foi superado. Por outro, na realidade subjetiva associada a representação do conjunto de ações

e práticas do pobre em seu espaço de vida trazendo ao debate a existência pela experiência dos corpos e das consciências entre passado e futuro. Sendo que, no tempo presente esta ideia se constitui pelo conteúdo em torno do verbo *melhorar de vida*. Justamente são essas interpretações que o campo empírico pode trazer aos conteúdos do território, da pobreza e da multiplicidade entre os dois conceitos. Estabelece indeterminações pela ausência de pesquisa – limitações teóricas; e a, possibilidade de pensar o combate à pobreza como uma narrativa desta condição histórica em desenvolvimento desde os anos 2000.

Por fim, é possível pensar que o campo empírico retorna a reflexões da Ana Clara Torres Ribeiro (2011) quanto à minuciosidade de pesquisar lugares, de seus conteúdos e de interpretação dos pobres vivendo, usando e praticando seu espaço de vida. Para ela o espaço é a totalidade onde a formação social e econômica se encontra, neste caso, o urbano-regional com os territórios com pobreza. Mas, a totalidade só pode ser desvendada se o percurso de pesquisa considerar os pedaços do território e se pode encontrar distintas realidades objetivas e subjetivas e contextos distintos quanto a condição histórica. Ou seja, parece claro que as “periferias regionais” só podem surgir de (superar) um campo empírico a partir da formulação de uma teoria urbano-regional da pobreza se a categoria “territórios de pobreza” conseguir definir quais são os pedaços de territórios com pobreza em busca de seus conteúdos. E assim, quais métodos e técnicas de pesquisa a se utilizar.

Isto é, a reflexão de periferias na região amazônica deve ser muito diferente da região nordeste a fim de possibilitar um quadro das diferenças, igualdades, similaridades e dispersão destes conteúdos. Ora ao traçar um quadro das iniquidades sócio-espacial, ora ao abordar o quadro de novas iniquidades. E cada pedaço possui algum elemento divergente ou convergente à apreensão de desigualdades, exclusão social e vulnerabilidades no interior da pobreza.

Estes quatro conceitos aparecem relativizados na pesquisa acadêmica por uma compreensão determinista relacionada aos índices e suas variáveis. Mas se o território é uma mediação de ações e práticas do cotidiano, pode-se pensar que o debate da nova pobreza passa por interpretações de tais conceitos. Ou seja, parece inconsistente dizer que todo território é desigual e ao mesmo tempo não possuem desigualdades. A questão, todavia, passa pela maneira como se enxerga a multiplicidade de relações espaciais pelos registros do cotidiano.

Referências

Atlas da Vulnerabilidade Social (AIVS). Disponível: ivs.ipea.gov.br. Acessado em janeiro de 2020.

Atlas do Desenvolvimento Humano (AIDH). Disponível: atlasbrasil.org.br. Acessado em janeiro de 2020.

BACELAR, Tania, Araújo. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: Emir, Sader. (Org.). *10 anos de Governos Pós Neoliberais no Brasil*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 157-172.

BRANDÃO, Carlos. As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisas de longo prazo. *Texto para Discussão (IPEA)*, v. 2461, p. 1-61, 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF 88). Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em janeiro de 2020.

CATAIA, Márcio. *Território usado e federação: articulações possíveis*. Educação & Sociedade, v. 34, n. 125, 2013.

TELLES, Vera. *REVISTA Humanidades em Diálogo*. Entrevista com Vera Telles. Gravação de Revista Humanidades em Diálogo. São Paulo: *Revista Humanidades em Diálogo*, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4-EQ-jCokY&t=8s>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Ministério de Desenvolvimento da Agricultura (MDA). Disponível: <http://abre.ai/aFhH>. Acessado em agosto de 2015.

MONTE MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria. Adélia de.; SILVEIRA, Maria. Laura. (Org.). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994, v. p. 169-181.

OLIVEIRA, Francisco de. *Questão Regional: A Hegemonia Inacabada*. ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo - SP, v. 7, n.18, p. 43-63, 1993.

----- *Crítica à razão dualista/Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

REGO, Waquiria. Gertrudes. Domingues. Leão.; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 248p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Territórios jovens: técnica e modos de vida*. Documento sono, 2011.

RIZEK, Cibele. Saliba. Trabalho, Moradia e Cidade - Zonas de indiferenciação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 27, p. 41-50, 2012.

Sistema de Informações Territoriais (SIT). Disponível: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>. Acessado em agosto de 2015.

SANTOS, MILTON. O dinheiro e o território. *Revista GEOgraphia*, Niteroi, ano 1, n. 1, junho de 1999, p.8.

SAQUET, Marcos. Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, p. 479-505, 2018.

STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. Marília Steinberger et al – Brasília: Ler Editora, 2013. 328p.

SCHVARSBERG, Benny. Seminário Internacional: *10 anos do Estatuto da Cidade: Os desafios para a efetivação do Estatuto da Cidade*. Portal Capacidades: Ministério das Cidades, 2012. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/videoteca/detalhar/id/141/titulo/painel-iv-avancos-e-desafios-para-a-implementacao-do-estatuto-da-cidade>. Acesso em: 1 ago. 2018.